

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Maputo, 20 de Dezembro, 2020 Número 17

Português

RESPOSTA À COVID-19 COM CONTAS CERTAS

Monitoria e rastreio mostra que pouco dinheiro foi alocado às províncias e às famílias



Pelo menos 99,97% dos contractos de obras de construção e/ou reabilitação de sanitários e fontes de abastecimento de água nas escolas no âmbito de prevenção da Covid-19 foram adjudicados através de ajuste directo. O custo total das obras adjudicadas

por esta modalidade é de 3,46 mil milhões meticais. Os dados mostram que houve uso excessivo de adjudicações por ajuste directo, mesmo em situações em que era possível lançar concursos públicos para a aquisição de bens e serviços, sem prejuízo da celeridade



Adriano Nuvunga, chair do FMO



Agostinho Machava, economista do CDD



Joaquim Oliveira

que se impunha.

Além da falta de concursos públicos, o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) não contratou empresas de fiscalização para algumas obras. Por exemplo, as obras de construção e reabilitação de sanitários escolares no valor de 62,7 milhões de meticais realizadas pela empresa Moza Construções, Lda, nos distritos de Mueda, Muidumbe, Meluco, Mocímboa da Praia e Palma, em Cabo Delgado, não estavam a ser fiscalizadas.

Até finais de Outubro de 2020, o MOPHRH tinha realizado 45 adjudicações, correspondentes a um total de 3,46 mil milhões de meticais para contratação de bens e serviços, construção e reabilitação, bem como a respectiva fiscalização. O valor médio dos contratos adjudicados à cada empresa foi de 76,9 milhões de meticais, sendo 20,6 mil meticais o valor mínimo de contrato de adjudicação (fornecimento de máscaras personalizadas para ARA SUL, pela empresa BDQ – Impressão Gráfica); e 254,7 milhões de meticais o valor máximo (construção de 11 blocos sanitários, 3 sistemas de abastecimento de e água e reabilitação de sanitários em 11 escolas secundárias dos Distritos de Gaza, pela empresa Grupo Construtora de Mondego, Lda).

Estas são algumas das constatações do relatório do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) sobre a análise do procurement pú-

blico nos sectores das Obras Públicas e Saúde no âmbito da estratégia do Governo de combate à Covid-19. O relatório apresentado sexta-feira na Cidade de Maputo foi produzido no âmbito do trabalho de avaliação da coerência política da resposta do Governo à pandemia da Covid-19. Especificamente, o trabalho visa monitorar os processos de procurement realizados e rastrear as despesas consignadas às províncias e distritos para empreitadas e fornecimento de serviços nos sectores de Educação, Saúde, Protecção Social, Água e Saneamento.

Na análise às contas do Ministério da Saúde (MISAU), o FMO constatou que 67% (equivalente a 2,6 mil milhões de meticais) do valor alocado a este sector até 31 de Outubro foi gasto ao nível central; 31.4% (equivalente a 1,2 mil milhões de meticais) foi transferido para as províncias; 0.8% (equivalente a 30 milhões de meticais) foi para o Instituto Nacional da Saúde (INS); e 0,7 (equivalente a 27 milhões de meticais) ao Hospital Central de Maputo (HCM).

Com cerca de 38 milhões de meticais, Tete é a província que mais fundos recebeu do MISAU, seguindo-se Nampula (27 milhões de meticais) e Gaza (24.4 milhões de meticais). Inhambane, com 8.8 milhões de meticais, e Zambézia, com 8.1 milhões de meticais, são as províncias que menos fundos receberam do MISAU. O relatório do MISAU não explica qual é o critério que foi usado para a determinação do valor alocado por província.

De modo geral, pouco mais de 80% dos fundos alocados para as províncias foram gastos em despesas de alimentação e alojamento de profissionais da Saúde. Por exemplo, os recursos financeiros alocados às províncias de Nampula e Maputo foram gastos na sua totalidade em despesas de alimentação e alojamento.

Até Outubro, o MISAU tinha celebrado 123 contractos de adjudicação, dos quais 25 ao nível central, 37 ao nível provincial, 48 pelo INS e 13 pelo HCM. Dos contratos registados a nível central, 11 foram adjudicados pela comunidade de doadores, no valor de 22.2 milhões de dólares; e 14 foram adjudicadas pelo Governo, no valor de 995,2 milhões de meticais. Das 37 adjudicações feitas nas províncias, 13 foram por ajuste directo, 21 não especificaram a modalidade de contratação e apenas 5 seguiram a modalidade de concurso por cotações.

Quando o Governo projectou as necessidades de financiamento no âmbito da resposta à Covid-19, a Protecção Social constituía a maior prioridade, com um peso relativo de cerca de 34% (USD 240 milhões) dos USD 700

milhões solicitados aos parceiros de desenvolvimento. No entanto, do valor total desembolsado até 31 de Outubro (USD 461,7 milhões), apenas 9% (USD 31,1 milhões) é que foi canalizado para Protecção Social.

A alocação para a Protecção Social, muito abaixo do previsto, é resultante de canalização, por parte do Governo, de cerca de USD 334 milhões ao Orçamento de Estado, valor que representa USD 134 milhões acima das necessidades de financiamento identificadas para este fim. Este procedimento mostra que o Governo sacrificou o financiamento previsto para a protecção das famílias vulneráveis para poder financiar o Orçamento de Estado acima do que foi inicialmente definido.

Entretanto, o Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) não forneceu a informação solicitada pelo FMO no âmbito do rastreio das despesas relacionadas com a protecção social das famílias vulneráveis. No seminário realizado na sexta-feira foram também partilhados relatórios feitos nas províncias, com destaque para Gaza, Nampula e Inhambane.

Até Outubro, menos da metade das escolas reuniam condições básicas para a abertura

O Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) desenvolveu uma pesquisa com o objectivo de monitorar as obras de construção e reabilitação em curso nas escolas, bem como o nível de preparação para o retorno às aulas. O CESC seleccionou 125 escolas secundárias e primárias localizadas em 40 distritos que fazem parte de 6 províncias, mas só foi possível fazer o trabalho de monitoria em 108 escolas. Isso porque as autoridades da Educação da Cidade de Maputo não autorizaram os pesquisadores a visitarem as escolas.

A pesquisa feita em Outubro concluiu que, das escolas visitadas, 59,2 % ainda não reuniam em simultâneo as condições ideais para o regresso às aulas, contra 40,8 % que já estavam prontas para a reabertura. Tete foi a província com mais escolas com as condições desejadas para a rea-



André Manhice, CESC

bertura, com 72,2 % da sua amostra. Apesar de concentrarem mais escolas e um maior efectivo escolar, as províncias de Nampula e Zambézia foram as que obtiverem os piores resultados na análise das condições gerais, sendo que apenas 16,6 % das escolas da amostra de Nampula reúnem as condições e na Zambézia apenas 22,5 % cumprem com os critérios para a reabertura.

Pelo menos 48% das escolas não beneficiaram de nenhuma obra ou reabilitação durante o período designado. Cabo Delgado foi a província com menor investimento na melhoria das infra-estruturas através da construção e/ou reabilitação: apenas 4 escolas com obras de um total de 14 (28,5 % da sua amostra). Isso pode estar relacionado com o facto de algumas obras terem sido realizadas em 2019 como resposta ao ciclone Kenneth, mas também a instabilidade militar provocada pelo conflito armado pode ter sido um factor de atraso nas obras. Tete foi

a província que se destacou com mais obras de construção e ou reabilitação de escolas realizadas e terminadas.

Somente 26,8 % das escolas (29 de 108) é que estavam com obras concluídas para o retorno às aulas. O atraso na conclusão das obras poderá gerar um acesso desigual ao ensino, aumentando o desnível de aprendizagem e a capacidade do sistema de incluir todos os alunos que deverão iniciar as aulas em 2021. Perto de 77% das escolas visitadas apresentaram casas de banho limpas, contra 23,2 % que não tinham condições de higiene; 19 % das escolas não tinham nenhum tipo de desinfectante nas casas de banhos dos alunos (sabão ou cinza). As condições precárias das casas de banho das escolas, lê-se no relatório do CESC, ainda representam um constrangimento para a higiene das raparigas, além das dificuldades de acesso para alunos com deficiência.

As reacções dos representantes dos ministérios



Representante do MISAU

“Está correcto dizer que 60% do orçamento foi alocado ao nível central do MISAU. A justificação é que as aquisições de equipamentos de protecção individual, testes e medicamentos estão centralizadas, porque são concursos internacionais. O fundo é gasto a nível central, mas é usado para as 1.600 unidades sanitárias do Sistema Nacional de Saúde. Quanto à alocação de fundos para as províncias, tomamos em consideração a realidade que existia antes da pandemia da Covid-19. Isto é, algumas províncias receberam menos dinheiro em relação às outras porque tinham infra-estruturas preparadas ou que não precisavam de grandes intervenções. Dizem que maior parte do dinheiro transferido para as províncias foi gasto em despesas de alimentação e alojamento dos profissionais da Saúde. É preciso perceber que os profissionais destacados para a luta contra a Covid-19 tinham que fazer acompanhamento aos doentes, incluindo visitas. O pessoal que trabalhou nos centros de isolamento não podia voltar para casa depois do trabalho. O MISAU teve que pagar alojamento e alimentação para esses profissionais”.



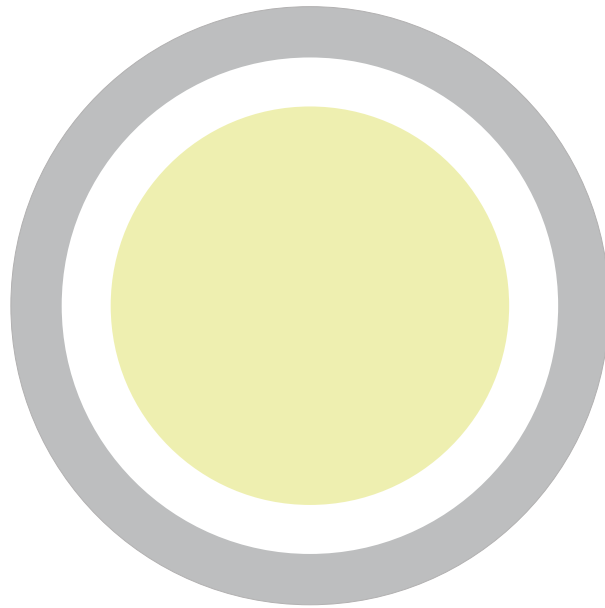
Representante do MINEDH

“Aceitamos todas as recomendações e vamos continuar a trabalhar no sentido de melhorar. O grande desafio ainda vem, quando todas as crianças retornarem às escolas. Vai ser um grande desafio e esperamos contar com o apoio dos pais e encarregados de educação para que os nossos filhos retornem às aulas em condições de segurança”.




Representante do MGCAS

“Atendemos mais de 1.600.000 beneficiários e ainda estamos a atender outros. Os que estavam no sistema de protecção social já receberam os seus subsídios e agora estamos a trabalhar com os novos beneficiários que irão receber durante três meses. O processo está a levar muito tempo devido ao oportunismo, porque toda a gente quer receber dinheiro. Não é fácil, mas estamos a trabalhar para conseguir a meta de pouco mais de um milhão de novos beneficiários.”



Membros do FMO



 Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Emídio Beúla</p> <p> Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo</p> <p> +258 21 085 797  info@cddmoz.org  www.cddmoz.org</p> <p> @CDD_Moz  @CDDMoz  @CDD_Moz</p>	<p> www.fmo.org.mz  fmozambique@gmail.com</p> <p> FMO.Mozambique  @FMO_Moz</p> <p> Youtube</p>